

A CDU, monstro pré-histórico das classificações?*

MANUEL MONTENEGRO

Resumo

A Classificação Decimal Universal é já centenária. Extremamente útil durante todo o período da sua vida, conseguiu sobreviver à passagem do tempo e ao imenso rol das críticas que desde cedo lhe foram sendo feitas. No entanto, cada vez mais ela nos aparece como um sistema desactualizado e sobretudo desadequado face às necessidades actuais do tratamento documental.

O presente artigo procura, através de uma análise da CDU e das suas condicionantes históricas e mesmo ideológicas, mostrar as imperfeições de que esta classificação padece, tanto mais evidentes quanto o mundo e o conhecimento avançam. Começamos por analisar as classificações bibliográficas anteriores à CDU e depois esta própria classificação, continuamos com o estudo dos pressupostos filosóficos e ideológicos em que a CDU radica e finalmente analisamos as possibilidades de sobrevivência da CDU face aos avanços científicos e ao novo paradigma da ciência.

Abstract

The Universal Decimal Classification is already centenary. As it has been extremely useful during its lifetime, it has managed to survive the passing of time and all the criticism it has been subjected to since its appearance. Nevertheless, it is more and more seen

* Este artigo constitui uma adaptação de um trabalho apresentado para avaliação à disciplina de «Indexação por Assuntos II», do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1995.

as an old-fashioned system, disajusted to the present needs of document treatment.

This article studies the UDC and the historic and ideological situations that have determined its course, in order to show the faults this classification suffers from, all the more evident since the world and knowledge progress. First, bibliographic classifications prior to the UDC and the UDC itself are reviewed. Then, philosophical and ideological circumstances that embody UDC's structure are studied. Finally, UDC's chances of survival in view of scientific progress and the new scientific paradigm are analysed.

1. Contextualização: estudo genérico das classificações bibliográficas anteriores à CDU

A CDU não nos vai surgir a partir do nada, não é uma total inovação, antes radica numa longa história de classificações bibliográficas que vem já do século XVIII, quando começam a surgir, nas grandes bibliotecas, sistemas de classificação com o objectivo básico de ordenar os documentos em grandes núcleos de assuntos, para melhor, mais rápida e eficientemente os localizar.

Embora não seja indispensável, no âmbito deste trabalho, fazer uma abordagem histórica detalhada deste assunto, não deixa de ser oportuno começar por fornecer algumas informações sobre a história das classificações bibliográficas do século XIX, particularmente a *Decimal Classification* de Dewey, classificação à qual a CDU vai buscar muitíssimas referências, mas igualmente mencionando outras: a classificação de Brunet, a classificação de Harris e a *Library of Congress Classification*.

1.1 A classificação de Brunet

A primeira classificação bibliográfica que interessa aqui destacar é a do francês Brunet, a qual nos aparece em 1804. Herdeira do *Système des Libraires de Paris*, esta classificação apresenta-nos cinco classes de base (teologia, jurisprudência, história, filosofia e literatura), subdivididas cada uma delas em subclasses sucessivas, atingindo um total próximo das onze mil subdivisões.

Durante todo o século XIX, a classificação de Brunet vai conhecer um grande sucesso, tanto no que se refere à classificação das obras dos fundos das grandes bibliotecas e mesmo de fundos privados, quanto no estabelecimento de catálogos bibliográficos organizados

por assuntos. Porém, ela vai progressivamente caindo em desuso, sobretudo a partir do momento em que começa a sofrer a concorrência de outros sistemas de classificação. Por um lado, por ser pouco hospitaleira e em consequência pouco evolutiva; por outro lado porque, como refere Jacques Maniez, «la notation y était encore artisanale, compliquée et peu rationnelle»¹.

1.2 A classificação de Harris

Em 1870, a classificação de William Harris, predecessor de Melvil Dewey no Amherst College, no Massachusetts, vai trazer inovações tanto ao nível da concepção intelectual dos sistemas de classificação quanto no que se refere à própria notação.

Nesta classificação, adopta-se já uma divisão de base dez e uma notação decimal, ideia que será seguida na classificação de Dewey e na CDU. No entanto, contrariamente a estas duas últimas classificações, Harris evitou a repartição uniforme das classes pelas diferentes disciplinas, revelando uma sensibilidade precoce para o problema do desenvolvimento desigual de cada uma delas. Assim, no total das mil classes que constituem os três primeiros níveis de subdivisão, vemos, por exemplo, que a filosofia ocupa 20, e as ciências puras 180. Na classificação de Dewey, porém, esta ideia não foi seguida, ocupando cada uma das disciplinas de base uniformemente cem lugares, ideia que vai ser reproduzida na CDU (o que constituiu uma espécie de pecado original de que a CDU nunca se conseguirá libertar).

1.3 A «Decimal Classification» de Dewey

A *Decimal Classification*, de Dewey, estruturada em 1873, é publicada pela primeira vez em 1876, com o título «Decimal Classification and Relative Index». É uma classificação enumerativa, contendo num esquema mono-hierárquico o conjunto das diversas áreas do conhecimento, ou seja, é uma classificação universal.

Vale a pena consagrar algum tempo a esta classificação, não só pela grande divulgação e celebridade que veio a conhecer e ainda hoje mantém, mas também pela própria influência directa que veio a exercer na elaboração da CDU.

Uma das características importantes da DC é a utilização de um esquema de subdivisão decimal para estabelecer as classes e sub-classes e para a notação, cuja extensão se faz assim corresponder ao

nível de subdivisão do assunto. Esta subdivisão, como vimos, tinha já sido experimentada por Harris, mas deve-se a Dewey a inovação que consiste em conferir a cada disciplina considerada de base o mesmo espaço no esquema (o que apresenta o inconveniente de, à partida, conferir diferentes graus de desenvolvimento a diferentes partes do esquema, mas possui vantagens como a de tornar mais fácil detectar, a partir da extensão da notação, a especificidade do assunto que representa).

Outra inovação da DC é o facto de, juntamente com o esquema de classificação, ser apresentado um índice relativo desenvolvido, ordenado alfabeticamente e remetendo para a notação, o que permite localizar com facilidade um assunto dentro do esquema de classificação.

A DC é também considerada como a primeira classificação a preocupar-se com a indexação do conteúdo dos livros e não apenas com a sua arrumação, embora não deixe de permitir a colocação relativa dos volumes nas estantes. Assim, é com Dewey que passa a existir classificação bibliográfica no sentido próprio do termo.

1.4 A «*Library of Congress Classification*»

Nos finais do século XIX, a *Library of Congress* tinha-se tornado uma das maiores e mais importantes bibliotecas do mundo, contando já o seu fundo cerca de um milhão de volumes. A concepção de um sistema de classificação detalhado foi levada a efeito por uma equipa de bibliotecários que, tendo inicialmente pensado tomar como ponto de partida a *Expansive Classification* de Charles Cutter, acaba por desenvolver um sistema totalmente novo, feito à medida do fundo documental da *Library of Congress*.

De facto, contrariamente à DC ou à própria CDU, a *Library of Congress Classification* (LC) não pretende uma organização sistemática do saber, mas apenas conseguir uma classificação prática que se aplique às obras presentes no fundo da *Library of Congress*. A organização geral do esquema evidencia aliás este empirismo: é a importância relativa do número de obras de uma disciplina que determina o seu lugar no esquema. Além disso, há poucos níveis hierárquicos e longas enumerações de classes colaterais, não há subdivisões comuns, a notação deixa de ser expressiva, pelo menos a partir do segundo dos seus caracteres.

Segundo Maniez, «la LC demeure un schéma monohiérarchique énumératif souvent comparé à un pigeonier où un nombre déterminé de logis sont prévus pour chaque catégorie de pigeons»².

Apesar dos seus defeitos e das suas fraquezas internas, a LC é, a par da DC, um modelo de referência nos Estados Unidos, estando também muito divulgada na Grã-Bretanha e Austrália. No entanto, fora do mundo anglo-saxónico, é pouco utilizada e pouco conhecida.

2. A Classificação Decimal Universal

2.1 História da CDU

No final do século XIX, fundou-se em Bruxelas o *Institut International de Bibliographie* (IIB), depois tornado *Fédération Internationale de Documentation* (FID). Numa época fortemente marcada pelo movimento mundialista, um dos primeiros objectivos do IIB foi o de conceber um catálogo universal em forma de classificação, com o fim de recensar o conteúdo dos documentos do mundo inteiro. Antes de mais, era preciso caracterizar os livros em função do assunto que tratavam, independentemente da área do conhecimento em que esse assunto se situasse, e isso tornava necessária uma classificação universal.

Essa tarefa, sem dúvida ambiciosa, foi levada a termo no primeiro quartel do século XX, graças ao entusiasmo de dois belgas, ardentes mundialistas, os advogados Paul Otlet (1869-1944) e Henry La Fontaine (1854-1943), que tinham participado activamente na criação do IIB e que assim desenvolveram a CDU.

Conscientes dos méritos apresentados pela DC, cujo esquema de base decimal pensavam ser o mais adaptado às necessidades de uma classificação moderna, mas conscientes também dos seus limites e insuficiências – lembremo-nos que a DC estava, à partida, destinada à pequena biblioteca do Amherst College –, obtiveram de Dewey, em 1895, a autorização para trabalhar a partir do seu esquema, introduzindo-lhe múltiplas transformações e pormenores, adaptando-o e modificando-o livremente em função do seu projecto. Assim surge o *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, publicado em 1910 já com 10 000 subdivisões, isto é, mais do que qualquer das edições do esquema que lhe dera origem.

Depois dessa data, o IIB prosseguiu os seus esforços de cooperação no domínio da informação, apesar dos entraves causados por duas guerras mundiais. É verdade que se abandonou o projecto de catálogo universal, mas em compensação a CDU foi constantemente desenvolvida em edições sucessivas: uma segunda edição, publicada entre os anos de 1927 e 1933, tomava já a designação de *Classification Décimale Universelle*, e o facto de a terceira edição ser publicada em

língua alemã, com o nome de *Dezimal Klassifikation* (iniciada em 1934 mas só terminada em 1952/1953, devido à Segunda Guerra Mundial), atesta bem a sua natureza internacional.

A CDU deve-se também a Frits Donker Duyvis, funcionário do Serviço Holandês de Patentes (e secretário do IIB entre 1929 e 1959), que tinha já assumido, aquando da segunda edição da obra, a responsabilidade pela supervisão das tabelas consagradas às Ciências Naturais, enquanto Otlet e La Fontaine se ocupavam das tabelas de Humanidades e Ciências Sociais.

Em 1931, o IIB procedeu a uma alteração da sua designação para *Institut International de Documentation* (IID) e, de novo, em 1937, para *Fédération Internationale de Documentation* (FID), «marquant par là ses distances par rapport au classement des livres et sa volonté de créer un outil d'analyse universel adapté à toutes sortes de documents»³. A FID, cuja sede passou a situar-se em Haia, confiou o cuidado de revisão constante da CDU a um Comité Central de Classificação (CCC), organismo supremo composto pelos editores oficiais das diversas versões e representantes dos cerca de trinta países filiados.

Na Grã-Bretanha, S. C. Bradford, bibliotecário da *Science Museum Library*, foi o grande entusiasta da CDU. Foi obra de Bradford a primeira edição em inglês da CDU, publicada sob o título *Classification for Works on Pure and Applied Science in The Science Museum Library*.

2.2 A estrutura da CDU

A estrutura básica da CDU, que vai copiar a da DC, é a seguinte⁴:

- 0 – Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações.
- 1 – Filosofia. Psicologia.
- 2 – Religião. Teologia.
- 3 – Ciências Sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração Pública. Forças Armadas. Assistência Social. Seguro. Educação. Folclore.
- 5 – Matemática e Ciências Naturais.
- 6 – Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.
- 7 – Artes. Recreação. Entretenimento. Desporto.
- 8 – Linguagem. Linguística. Literatura⁵.
- 9 – Geografia. Biografia. História.

Cada uma destas classes se subdivide até dez subclasses, e assim sucessivamente, numa estrutura mono-hierárquica. Por exemplo:

- 5 – Matemática e Ciências Naturais
- 51 – Matemática
- 517 – Análise matemática
- 517.5 – Teoria das funções
- 517.51 – Funções de uma variável real. Funções reais
- 517.518 – Teoria métrica das funções
- 517.518.2 – Classes de funções
- 517.518.25 – Funções quasi-analíticas

A CDU é pouco inovadora em relação à DC no que se refere às suas tabelas principais, sendo mesmo quase idêntica até ao terceiro dígito da notação. De facto, como afirma A. C. Foskett, «se tivéssemos de julgar a CDU unicamente pelas suas tabelas principais, teríamos de admitir que ela sairia perdendo da comparação»⁶ com a DC.

Todavia, a CDU torna-se vantajosa, por uma lado devido à introdução de divisões analíticas no início dos capítulos com que se relacionam (auxiliares especiais que têm diferentes significados conforme o contexto em que se encontrem), por outro lado devido à existência de tabelas auxiliares comuns, que podem ser usadas em qualquer lugar das tabelas principais.

É claro que já na primeira edição da DC se encontravam padrões repetidos de algarismos onde a mesma característica de divisão era aplicada, só que agora, com a CDU, deu-se um passo em frente, com a reunião destes algarismos em tabelas de números auxiliares que poderiam ser acrescentados onde se considerasse necessário. Este princípio de síntese significa que se poderia alcançar um nível muito maior de detalhe e maior precisão, para além de uma economia de apresentação.

Para Foskett, os auxiliares funcionam do mesmo modo que «um conjunto de facetas comuns e indicadores de facetas que nos permitem livremente fazer a síntese onde a notação mais restrita da DC não o permite»⁷. Também para Maniez, «l'importance accordée aux indices secondaires et les facilités de synthèse aboutissent à une construction mixte, monohiérarchique pour l'essentiel, et utilisant les facettes pour les divisions analytiques et les subdivisions communes»⁸.

3. Contingências da CDU

A CDU move-se num espaço marcado por mais de dois milénios de tradições filosóficas ocidentais, por uma ideia de ciência ainda concebida como acumulação empírica de conhecimentos, e lida mal

com as novas concepções relativistas do conhecimento científico e com um mundo que é cada vez menos Europa.

3.1 *Os princípios filosóficos*

O estudo das influências de diversos filósofos e sistemas filosóficos na CDU reveste-se de particular importância para a compreensão de algumas das características essenciais deste sistema de classificação. Isto porque estas influências, ao determinarem a estrutura da CDU, acabaram muitas vezes por determinar também os seus limites e os próprios espaltilhos à sua adaptação a novas realidades e a novas necessidades.

3.1.1 O Platonismo

O sistema filosófico de Platão (428? a.C.–340 a.C.) «professava a imperiosa necessidade de esclarecer a total impossibilidade da existência de um conhecimento seguro sobre objectos mutáveis. O conhecimento só era possível no reino da imutabilidade»⁹.

Platão estabelece a existência de dois mundos: o mundo sensível, mundo imutável e exposto a contínuas alterações; o mundo inteligível, mundo inalterável, imutável. Esta corrente de pensamento, ao mesmo tempo que distingue o mundo inteligível (mundo da teoria, do pensamento) do mundo sensível (mundo da actividade prática), afirma o primado do primeiro sobre o segundo.

As decorrências do platonismo em toda a cultura ocidental são da mais variada ordem, podendo destacar-se entre elas a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e a diferente valorização de cada um deles ao longo da História. De facto, radica em Platão o desprezo que ainda hoje se verifica pelas actividades do trabalho manual, ou mais propriamente físico, «consideradas em bloco como indignas do homem de qualidade destinado à intelectualidade, à direcção dos problemas políticos e religiosos, à gestão dos bens fundiários e eventualmente de capitais importantes: actividades que não eram consideradas como trabalho»¹⁰.

A divisão entre teoria e prática estabelecida por Platão vai ser transportada, através da DC, para a CDU, na divisão das classes principais, designadamente na divisão que se estabelece entre as ciências puras (classe 5) e as ciências aplicadas (classe 6), ainda com o pormenor curioso e não dispiciendo de as ciências puras precederem as aplicadas na ordenação das classes.

De Platão reteremos também «a importância atribuída às matemáticas e à geometria como degrau imprescindível para o acesso à verdade»¹¹, preocupação que veremos novamente na moderna ciência do século XVI, que avança na matematização do real físico, e na obra de Francis Bacon.

3.1.2 A lógica dedutiva aristotélica

É comum fazer remontar as classificações até à Antiguidade Clássica, mais propriamente até à filosofia grega, e Aristóteles surge-nos como o primeiro pensador que normalmente é referido na história da classificação. Embora não se tenha debruçado directamente sobre o tema da classificação documental, Aristóteles é «o grande instaurador do plano de classificação lógico-dedutivo para as ciências»¹², defendendo uma «visão universalista do conhecimento com os seus conceitos de unicidade e imutabilidade»¹³, no que diverge do seu mestre Platão.

A importância de Aristóteles deve-se aos seus tratados sobre lógica, em cujos princípios continuam a basear-se as linguagens categoriais modernas. A própria terminologia aristotélica exerce ainda hoje, na classificação de qualquer campo do conhecimento, uma grande influência, embora obviamente não cubra todas as relações hoje identificadas.

A construção lógica aristotélica é dedutiva por excelência, consistindo em tomar o todo (o *summum genus*) e proceder progressivamente à sua subdivisão em áreas cada vez menores, descendo a assuntos cada vez mais específicos, até atingir a *infima species*. A dedução (apodeixis) «vale como prova e explicação, porque a melhor prova consiste em mostrar como o fenómeno particular deriva de uma causa universal»¹⁴.

Também o filósofo grego Porfírio (233/234 d.C.–304/305 d.C.), discípulo de Plotino e comentador da obra de Aristóteles, teve, com a sua árvore dicotómica, uma grande influência na determinação dos princípios da classificação. A «árvore de Porfírio propõe um método dicotómico (divisão de uma classe em duas subclasses) em que podemos ver um primeiro esboço das estruturas arborescentes»¹⁵.

A árvore de Porfírio é, ainda hoje, citada como modelo de classificação racional.

Au premier niveau, la *substance* (genre), dont la caractéristique est l'*existence*, se transforme par adjonction de la caractéristique *corporalité* (différence) en *substance corporelle* ou *corps* (espèce). La naissance de l'espèce *substance corporelle* crée automatiquement une autre espèce: la *substance non corporelle*. Ainsi

la classe des *corps*, en devenant à son tour *genre*, par adjonction de la caractéristique *vie*, se divise en *corps animés* et *corps inanimés* (nature morte); en ajoutant la caractéristique des *sens* au genre des *corps animés* on obtient, au troisième niveau, les *corps sensibles* (animaux, hommes) et *insensibles* (végétaux). Au quatrième niveau, la caractéristique raison ajoutée aux corps sensibles donnera une division de cette classe en *corps sensibles raisonnables* et *corps sensibles privés de la raison*, à savoir les animaux. Au cinquième niveau, enfin, Porphyre divise les hommes en individus¹⁶.

A CDU assenta na operação mais elementar da lógica formal aristotélica que também Porfírio segue: a dicotomia, isto é, a escolha de uma característica e a distinção dos objectos a classificar, de acordo com a posse ou não dessa característica, com a inclusão ou a não inclusão de uma qualidade postulada.

A CDU foi também criada e desenvolve-se por dedução, com a particularidade da *infima species* ser, ela própria, considerada como um género que pode ser mais dividido¹⁷. Desce-se assim a uma rubrica individual através de um processo de especificação com limites indefinidos, numa estrutura arborescente.

Assim, a CDU constitui-se como um esquema linear, extremamente hierarquizado. Esta estrutura hierárquica é rígida: existe obviamente a possibilidade de estabelecer novas subdivisões, mesmo de deixar espaços vazios, mas não é possível alterar a estrutura, isto é, as relações existentes não podem ser modificadas sem que isso implique a revisão dos documentos já classificados.

3.1.3 A indução de Bacon

A indução de Francis Bacon, que constitui a primeira tentativa moderna para formular uma doutrina do método científico, foi expressa na obra *Novum Organum*, de 1620.

Como o próprio título sugere, esta obra foi escrita por oposição a Aristóteles, cujos escritos compilados pelos escolásticos eram conhecidos por *Organum*. Bacon compreendeu que a lógica formal não era um instrumento de descoberta científica, como Aristóteles tinha suposto, e tentou estabelecer as regras pelas quais a produção de descobertas científicas poderia ser reduzida a uma tarefa simples, baseada no princípio indutivo. A abordagem indutiva consiste em começar com os elementos isolados, formando progressivamente grupos maiores, num sentido inverso ao que era tomado pela abordagem dedutiva.

Já em 1605, na sua obra *Avanço do Saber*, Bacon tinha lançado as bases do sistema filosófico que mais marcou os criadores dos primeiros sistemas de linguagens classificatórias.

Para Bacon, todo o saber humano tem por base três faculdades:

- a memória, que produz a história;
- a imaginação, que produz a poesia e as artes;
- a razão, que produz a filosofia e a ciência¹⁸.

O sistema filosófico de Bacon veio exercer influência em vários pensadores (como Leibniz, Diderot e d'Alembert, o próprio Auguste Comte), mas sobretudo influenciou vários sistemas de classificação, nomeadamente no mundo anglo-saxónico.

As cinco classes que, como já referimos, constituem a base da classificação de Brunet (teologia, jurisprudência, história, filosofia, literatura) «reprennent, en l'inversant, la énumération de Bacon»¹⁹.

Também a classificação criada em 1815 pelo presidente Thomas Jefferson para a Biblioteca do Congresso, e que vai permanecer em uso até à elaboração da *Library of Congress Classification*, se inspira largamente no esquema de Bacon²⁰.

A classificação de Harris «inverte de façon significative l'ordre du classement de Bacon»²¹: a ordem História-Poesia-Filosofia é aqui substituída pela sequência Ciência-Artes-História.

A concepção da *Decimal Classification* vai aproveitar este arranjo da classificação de Harris, completando a sequência, depois herdada pela CDU, de Filosofia-Ciências-Artes-História.

O próprio Dewey credita o seu arranjo das classes principais ao «arranjo baconiano invertido da biblioteca de St. Louis», indicando porém que «em todas as partes a teoria e a exactidão filosóficas cederam lugar à utilidade prática»²².

Para Maniez, o sistema de Bacon está já em crise quando é adaptado para a CDU, fazendo com que esta classificação surgisse, logo na altura da sua criação, como um «monstro pré-histórico»²³ das classificações.

3.1.4 O positivismo de Comte

O positivismo defende que o conhecimento pode ser atingido de forma objectiva e definitiva e a ciência é a simples acumulação de conhecimentos assim ordenados e acumulados. Nesse sentido, o positivismo aparece-nos como um truísmo, onde não cabem desactualizações nem rupturas com conhecimentos anteriormente conquistados.

A CDU vai desenvolver-se de acordo com os princípios do positivismo. Sem grande esforço, podemos ver na CDU as noções de desenvolvimento e de progresso, presentes em toda a obra filosófica de Comte, e que culminam e se resumem na divisa positivista «Ordem

e Progresso»: a ordenação dos ramos científicos e o progresso que se consegue através da especificação dentro dessa ordem (mas nunca recorrendo à subversão dessa ordem ou à sua rectificação). É, aliás, uma época fortemente marcada pelo positivismo que vê surgir os grandes esquemas classificatórios enumerativos, mono-hierárquicos e universais.

O positivismo é, em si, francamente classificatório, aplicando o conceito de classificação em primeiro lugar às ciências naturais e depois também às línguas²⁴. O próprio Comte estabeleceu uma «escala enciclopédica», que mais não é do que um esboço de classificação²⁵.

No positivismo de Comte, teoria e prática aparecem nitidamente separadas. Como ele afirma no seu *Cours de Philosophie Positive*, «qualquer confusão, ou mesmo só a adesão da teoria à prática, é igualmente funesta a ambas, sufocando o impulso da primeira, e deixando a segunda no estado de quem se agita sem objectivo»²⁶. É novamente Platão quem aqui se agita...

3.2 Os constrangimentos ideológicos

Se é certo que os homens pensam e falam, não é menos verdade que, munidos embora de mecanismos psicológicos de conhecimento homólogos, o fazem em moldes *diferentes*, quando não contraditórios. Não há um pensamento universal e abstracto, remetendo para uma pretensa natureza humana, há, isso sim, formas de inteligibilidade *historicamente determinadas* e, portanto, descoincidentes; não há uma lógica absoluta e intemporal, há lógicas (*ideológicas*) sociais diversas²⁷.

O indexador serve de intermediário entre os autores e os usuários. [Justifica-se] que entre uns e outros ele interponha as suas próprias idéias e preconceitos? A resposta imediata será não, mas, na prática, isso raramente acontece.

Uma linguagem de indexação inevitavelmente reflecte, em certa medida, a formação social e cultural do seu autor, e, enquanto ela serve a usuários de convicções semelhantes, isso não é necessariamente um mal. Será quando procurarmos impor determinada cultura a usuários pertencentes a uma outra. Poderão surgir diversos tipos de problemas. [...] Mesmo certos esquemas, como a CDU, que têm uma política internacional definida, não estão inteiramente isentos dessa tendência³⁰.

Um dos primeiros exemplos que é usual referir quando se pretende mostrar a parcialidade da CDU é o da religião (classe 2), onde a notação «est répartie d'une manière très inégale [et] marque un certain parti pris en faveur de l'Occident»²⁹. De facto, a CDU privilegia claramente a religião cristã (classes 22 a 28) e, mesmo dentro desta, as diferentes formas do cristianismo são tratadas de forma desigual.

Ao passarmos para as restantes religiões, torna-se mais evidente o que acabámos de dizer. As «religiões não-cristãs» (note-se, como pormenor não pouco significativo, a sua caracterização pela negativa) ocupam apenas a classe 29: o budismo e as religiões indianas como o vedismo figuram na classe 294, a religião judaica na classe 296, o islamismo na classe 297, enquanto o confucionismo, o taoísmo e o xintoísmo devem partilhar entre si a classe 299. É indiscutível que esta repartição denota uma grande falta de proporção.

Como refere Barbara Kyle, «seule une répartition entièrement nouvelle de ces questions pourrait permettre une classification de ces questions»³⁰.

Nas tabelas auxiliares é possível encontrar também alguns bons exemplos de desigualdade.

Na tabela dos «auxiliares comuns de lugar», vejamos a subdivisão que é proposta para os vários países e regiões da Europa. A Grã-Bretanha vem em primeiro lugar, ocupando as classes (41) e o (42), seguida da Alemanha (43) e da França (44), da Itália (45), Espanha e Portugal (46), parte europeia dos Estados ex-soviéticos (47) e países escandinavos (48). Resta o (49), onde são englobados, sem qualquer critério geográfico evidente, um conjunto enorme de países que engloba a Islândia, os Países-Baixos, a Bélgica, a Suíça, a Grécia, a Albânia, os países saídos da desmembrada Jugoslávia, a Bulgária e a Roménia. Ora, estes países são (e eram-no já no momento de elaboração da CDU), maiores e mais populosos que qualquer um dos países ou grupos de países anteriores, ficando por explicitar o critério que os junta a todos no final da classificação.

Também na tabela de «auxiliares comuns de raça e nacionalidade» (e refira-se aqui, *en passant*, que já era tempo de substituir o termo *raça*, na tradução portuguesa, por um outro menos claramente racista), encontramos em primeiro lugar os indo-europeus, em (=11/2), desde logo encabeçados pelos povos germânicos (=11) e com os eslavos muito atrás (=16). Os povos semitas vêm muito mais atrás (=411), necessitando os hebreus (=411.16) ou os árabes (=411.21) de cinco dígitos para serem classificados, ou seja, tantos quanto os povos da Polinésia (=622.82).

As mulheres também não são muito bem vistas pela CDU, que situa os assuntos relacionados com a condição feminina na classe 396, dentro das questões etnológicas e etnográficas e imediatamente antes da classe destinada a alojar os povos primitivos (397). Para completar o quadro que estamos a traçar, seja apenas referido que dentro destes povos primitivos são considerados, em 397.7, ... os ciganos.

Os exemplos que acabamos de referir são, de múltiplos possíveis, alguns dos que nos parecem mais evidente para mostrar o eurocentrismo e o etnocentrismo de que padece a CDU. Mas outros poderiam ser tratados para evidenciar outros constrangimentos de ordem ideológica, como os também frequentemente referidos exemplos do privilégio dos sistemas políticos ocidentais na classe 32 (Política) e todas as suas subdivisões, nomeadamente no que se refere aos sistemas e aos partidos políticos (classe 329), ou o exemplo da classe 1 (Filosofia), cujas divisões se baseiam nas subdivisões consideradas tradicionais na filosofia ocidental. Optámos, porém, por não desenvolver estes assuntos, por nos parecer que, com os exemplos dados até aqui, ficou suficientemente claro o nosso ponto de vista.

3.3 A CDU face ao avanço científico

Qualquer classificação é fruto da época em que foi construída, e é exactamente isso que acontece com a CDU. De facto, esta classificação reflecte o estado do conhecimento na segunda metade do século XIX, com a Psicologia, por exemplo, a ter de aparecer como um ramo dentro da Filosofia. Este exemplo ilustra bem o argumento segundo o qual «uma ordem de classes principais que se pode justificar num determinado momento deixa de ser aceitável à medida que o tempo passa»³¹. Outro exemplo é o da Engenharia electrotécnica (621.3), que terá de ser encaixada dentro da Engenharia mecânica.

Como refere Armando de Castro, «[...] em todo o sistema das ciências, não se pode aceitar uma classificação das ciências que seja fixa, imutável, dada de uma vez para sempre»³². E diz ainda este autor, «[...] em todas as actividades científicas, o apaixonante livro do conhecimento do mundo não pode ter epílogo, havendo sempre que lhe acrescentar novos capítulos»³³.

Aliás, outros exemplos nos mostram até que ponto a ordem das classes da CDU é deficiente nos dias de hoje, como é o caso da já superada divisão da Linguística (antiga classe 4) e a Literatura (classe 8) ou da separação entre a História (classe 9) e as demais Ciências Sociais (classe 3).

Veremos sistematicamente como o avanço científico condicionou a actualidade da CDU, considerando quatro grandes pontos:

- a desactualização propriamente dita da CDU, relacionada com a especialização cada vez maior e mais rápida do conhecimento

científico, o que exige uma revisão constante das tabelas da CDU e constantes acrescentos;

- o actual conceito de ciência e os pressupostos da revisibilidade científica, com a consequente dificuldade que a CDU revela, como as restantes classificações, em lidar com os cortes epistemológicos;
- a desadequação cada vez mais visível da separação entre ciências puras e ciências aplicadas;
- a dificuldade na classificação das chamadas «ciências de síntese» ou «ciências integradas», cujo desenvolvimento decorre da interdisciplinaridade cada vez mais presente na ciência actual.

3.3.1 A desactualização propriamente dita

Na época em que vivemos, como em nenhuma outra anteriormente, o conhecimento científico sofre avanços permanentes, e este avanço é de tal forma rápido, e de tal forma evolui através da especificação dos ramos científicos existentes, que qualquer sistema de classificação rapidamente se torna desactualizado, incompleto.

Mesmo para um esquema como a CDU, regularmente revisto e com edições actualizadas periodicamente, isto é válido. Em áreas muito especializadas, ou em alguns ramos científicos (mencionemos as ciências médicas ou as novas tecnologias de informação, a título de exemplo), uma edição da CDU com quatro a cinco anos pode já não estar a corresponder às necessidades de classificação. Como refere Maniez, «le rythme lent des rééditions [...] dans les domaines de pointe, rend la CDU inutilisable»³⁴.

Para agravar a situação, há que considerar a lentidão devida às estruturas administrativas internacionais, já que qualquer revisão da CDU pressupõe o acordo dos especialistas de diferentes países e o aval do Comité Central de Clasificação da FID, o que torna o processo extremamente moroso e leva os vários serviços a sentirem necessidade de avançar por sua conta, com os consequentes prejuízos ao nível da uniformização.

Por outro lado, sabemos que as revisões da CDU se baseiam, em grande medida, nas necessidades sentidas e expressas pelos utilizadores e que, como refere Foskett, «o fato de grande parte do trabalho de revisão ser voluntário tem, na prática, levado [à] incoerência»³⁵. Em geral, verificamos, por exemplo, que as ciências sociais carecem de detalhe em comparação com as ciências puras ou as aplicadas, dando a falsa ideia de que estas últimas estariam mais desenvolvidas, o que é no mínimo discutível.

3.3.2 O actual conceito de ciência

O actual conceito de ciência já não parte dos pressupostos de exactidão de que partia no século XVI ou mesmo no século XIX, antes assume como premissa fundamental a ideia da revisibilidade, isto é, é hoje claramente assumida a «teoria da inexistência de posições definitivas no actual domínio científico»³⁶.

Gaston Bachelard (1884-1962) introduz na filosofia da ciência a noção de «salto epistemológico» ou «corte epistemológico», segundo a qual a evolução científica se produz por uma ruptura com um conhecimento anterior, isto é, através de revoluções e não por mera evolução numa linha de continuidade e de acumulação. Na perspectiva de Bachelard, «o conhecimento científico é a rectificação de um conhecimento primário que se reconhece mais tarde não ser senão um erro primário»³⁷.

Bachelard apresenta a prática científica como devendo satisfazer as exigências de uma ruptura com todas as imagens primeiras ou perceptivas do sujeito, devendo ser a ciência a destruir os seus próprios factos.

B. C. Vickery³⁸ cita dois autores – Otto Blüh e Herbert Dingle – que, usando o exemplo da física, nos mostram até que ponto a divisão segundo as categorias da percepção sensorial, ainda hoje utilizadas nas classificações, se encontra desajustada. Segundo Otto Blüh, «la classification de la physique [...] a commencé par s'appuyer sur les catégories de la perception sensorielle (mécanique, acoustique, optique, thermique, etc.)... Mais cette méthode n'est plus valable aujourd'hui». Herbert Dingle vai mais longe: «Jadis, la physique se scindait naturellement en plusieurs branches selon un schéma traditionnel – mécanique, thermodynamique, optique, etc. Il s'agissait là de sciences distinctes ayant atteint des degrés de développement très divers, et dont chacune progressait indépendamment des autres; mais aujourd'hui les lignes de démarcation qui les séparaient ont a peu près disparu». Ora, na CDU, a subdivisão da Física obedece exactamente a esta separação segundo as categorias da percepção sensorial, a velha teoria dos cinco sentidos, ou seja, não é mais do que uma divisão baseada nas tais «imagens perceptivas do sujeito», para retomarmos a expressão de Bachelard.

3.3.3 A distinção entre ciências puras e ciências aplicadas

Crítica-se constantemente as tabelas da CDU por separarem as ciências puras das ciências aplicadas. Uma das consequências mais flagrantes desta separação é o facto de as mesmas matérias se

encontrarem nas rubricas consagradas à ciência e à tecnologia, facto que, para além de provocar inúmeras redundâncias, faz correr o risco de confundir o utilizador e mesmo, algumas vezes, o classificador. Por outro lado, nem sempre as divisões estabelecidas no domínio das ciências puras se aplicam à tecnologia, e vice-versa.

Vickery considera mal fundamentada a separação estabelecida entre as classes 54 (Química) e 66 (Indústrias químicas. Tecnologia química), fazendo notar em defesa da sua tese que, por exemplo, esta divisão não encontra uma divisão análoga para a tecnologia física³⁹. Assim, Vickery defende a fusão das classes 54 e 66, já que «les substances chimiques, leurs propriétés et leur comportement, les procédés et les appareils utilisés sont essentiellement les mêmes au laboratoire et dans l'industrie»⁴⁰. Vickery vai defender mesmo que deveria ser realizado um «remaniement général des sections consacrées à la physique et à la chimie physique, à la lumière de la conception actuelle de ces sciences»⁴¹. Deveria acontecer o mesmo com as classes 57/59 (Biologia, Botânica, Zoologia) e 63 (Agricultura, etc.)⁴².

Não é difícil apercebermo-nos de que as propostas de Vickery, a serem aceites, acarretariam uma total subversão da CDU, tornando-a irreconhecível. Mas este autor tem razão quando diz, sobre a CDU, que «son ampleur et son universalité ne la sauveront pas si elle est incapable de s'adapter aux progrès de la science et de la technologie»⁴³. Com Vickery concorda Barbara Kyle, para quem «pour remplir convenablement son rôle, la CDU aurait besoin de modifications telles qu'elle s'en trouvait presque complètement transformée»⁴⁴.

3.3.4 A dificuldade na classificação das ciências integradas

Le monde de la connaissance, au cours de ces dernières années, est devenu non seulement plus vaste, mais aussi infiniment plus complexe. Chaque découverte nouvelle provoque des réactions en chaîne dans les domaines voisins.⁴⁷

Na CDU, as classes principais representam, como já vimos, as disciplinas tradicionais, tal como eram entendidas no século XIX. Novas divisões feitas a partir daí seriam por especificação de novas ciências, que se tornavam independentes ou se autonomizavam dentro de uma área de origem.

Na filosofia da ciência tradicional (aristotélico-escolástica), o sistema das ciências funcionava como um todo, como uma hierarquia em que as ciências gerais e as ciências particulares que lhes eram consideradas subalternas encaixavam perfeitamente. Com o advento da modernidade, assistimos à emancipação das ciências particu-

lares da sua subsidiaridade, mas continua a admitir-se que elas são distintas, funcionam em compartimentos estanques e os seus objectos de estudo são absolutamente próprios e diversos.

É a crise do positivismo lógico que faz retomar consciência da conexão entre as ciências: essa «consciência de interdisciplinaridade», actualmente cada vez mais presente. De facto, reconhece-se actualmente que os progressos mais recentes em todas as áreas do conhecimento tendem a atravessar as fronteiras entre as disciplinas, muitas vezes transversalmente, ou seja, os «novos tópicos desenvolvem-se não por simples *fissão* – a divisão de assuntos estabelecidos – mas também por *fusão*, que é a amálgama de assuntos antes diferenciados»⁴⁶. Torna-se, deste modo, «muito difícil acomodar assuntos interdisciplinares num esquema de classificação convencional, do mesmo modo que é difícil levar em conta as mudanças nas relações entre assuntos existentes»⁴⁷.

Quando acima falámos de interdisciplinaridade, não nos quise-mos referir apenas à mera abordagem pluridisciplinar, que consiste basicamente em estudar um fenómeno do ponto de vista de uma dada ciência e acrescentá-lo aos demais. A interdisciplinaridade implica um trabalho de conjunto desde a definição do fenómeno, passando pela elaboração de hipóteses de trabalho, até à elaboração do relatório final.

A abordagem interdisciplinar tem o seu ponto alto com o desenvolvimento das chamadas «ciências integradas» ou «ciências de síntese». De facto, há determinados «problemas-fronteira» que parecem particularmente vocacionados para pôr à prova as disponibilidades dos cientistas e tornar mais densa a rede de disciplinas que se tocam nos seus objectos.

Vejamos, como ilustração do que acaba de ser dito, o caso de uma ciência como a ecologia. Ciência cujo aparecimento como área independente do conhecimento se verificou em data relativamente recente, a ecologia não poderia estar prevista no esquema inicial da CDU como ciência autónoma. Assim, ela apenas surge claramente em 591.5 (Hábitos dos animais. Comportamento animal. Ecologia. Etologia. Animal e meio ambiente. Bionomia) e em 504 (Ciências do meio ambiente), mais precisamente em 504.75 (Ecologia humana e meio ambiente), mas pode ainda ser classificada em 577.1 (com a química e a química biológica em geral) e em 631.95 (dentro da agricultura), e isto para mostrarmos apenas os casos mais evidentes.

João Joanaz de Melo e Carlos Pimenta referem que a ecologia «recorre à informação e apresenta interfaces com outros ramos das ciências da vida (*biologia*, *bioquímica*, *genética*), bem como com as

diferentes especialidades taxonómicas (zoologia, botânica, microbiologia e suas subdivisões). O seu objecto de estudo é, no entanto, mais abrangente: a Ecologia estuda o sistema constituído pelo conjunto dos seres vivos e das diferentes componentes do seu ambiente físico (água, atmosfera, solo), bem como as suas inter-relações. Apresenta, portanto, uma ligação importante às ciências da Terra (geologia, climatologia, hidrologia, oceanografia)»⁴⁸.

Neste texto, encontramos referência a nada menos que dez ciências, que a CDU distribui pelos correspondentes dez pontos de acesso dentro das classes 5 e 6. Parece-nos óbvio que qualquer tentativa de reduzir esta complexidade a um ponto de acesso único, além de pecar por excessivo simplismo, estaria à partida condenada ao fracasso, e assim tentamos compreender a situação do múltiplo acesso que a ecologia inevitavelmente tem na CDU. Mas não é verdade que o objectivo de uma classificação mono-hierárquica seria o de colocar cada ramo científico no seu lugar e só aí?

Notemos que o caso da ecologia não é um exemplo isolado, antes é um entre vários que nos revelam a desadequação da estrutura geral da CDU, objecto de críticas persistentes, nomeadamente por Vickery, que nos alerta para o facto de que, hoje em dia, «il est devenu difficile de répartir les connaissances scientifiques entre les disciplines traditionnelles auxquelles correspondent les catégories principales de la CDU»⁴⁹.

3.4 A unidimensionalidade e as tentativas da sua superação

A unidimensionalidade na indexação dos documentos é uma característica das classificações mono-hierárquicas. Se o documento refere mais do que um assunto, terá de ser indexado pelo assunto principal, omitindo-se os restantes. A CDU contém processos para combater essa unidimensionalidade, dotando de alguma flexibilidade a indexação, designadamente socorrendo-se de sinais de relação, mas isso acarreta também consigo algumas consequências negativas, entre as quais a complexidade das notações daí resultantes.

De facto, se atentarmos apenas nas tabelas principais, a notação da CDU apresenta-se-nos com uma elevada simplicidade. Mas deve estar claro que, na prática, a notação da CDU tende a ser muito complicada. O exemplo dado por Foskett para sublinhar este aspecto é bem elucidativo: para o assunto «Fornecimento de energia para os electromagnetos de um síncroton protónico» a notação é:

621.384.61 : 539.185 : 621.318.3 : 621.311.6

Conforme conclui Foskett: «Ninguém afirmará que isto é simples ou memorizável, além de repetir três vezes 621.3»⁵⁰.

Aceitemos, no entanto, que, se não é simples, nem memorizável, é pelo menos específico, e a CDU é o único esquema de classificação que dispõe de suficiente minúcia para tratar este e outros assuntos igualmente específicos. «Se almejamos especificidade, teremos, em geral, de aceitar notações extensas; se, além do mais, utilizamos um esquema em que a distribuição da notação é deficiente em face das necessidades atuais, é de esperar que isso venha a ter mais um efeito adverso sobre a extensão dos símbolos que teremos de usar»⁵¹.

Conclusão

Pensamos ter conseguido, com a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho, demonstrar que a CDU apresenta, face às necessidades do tratamento documental tal como são sentidas nos dias de hoje, grande desactualização e inadequação, e mesmo grandes limitações e imperfeições.

Obviamente, a CDU continua a ser utilizada, e se isto acontece é seguramente porque lhe são reconhecidas algumas qualidades: permanece como um instrumento de grande utilidade nas bibliotecas de carácter generalista (bibliotecas de leitura pública, etc.) e, com algum esforço de adaptação, em bibliotecas especializadas; permite a possibilidade de fazer funcionar a notação como cota ou elemento de base da cota, facilitando assim o arranjo sistemático e tornando possível o livre acesso; continua a ser de inegável utilidade mesmo no tempo da automatização. Não esqueçamos, também, que a CDU goza de uma divulgação a nível internacional que a faz funcionar quase como uma linguagem universal, facto que não é de desprezar.

Porém, se a CDU é utilizada, é-o frequentemente com reservas ou, o que é mais sério, «à falta de melhor» ou por pura inércia. Aos novos utilizadores que tenham necessidade de uma classificação detalhada e ao mesmo tempo actual para todo o conjunto dos conhecimentos, não nos parece possível poder recomendar a CDU.

Concluiremos com Zygmunt Dobrowolsky, para quem «on doit constater que chaque classification naît, vit, évolue, vieillit et meurt. Ainsi, la durée d'une classification est toujours limitée. [...] De même qu'une entreprise industrielle ne peut adapter ses ateliers aux besoins croissants que pendant un certain temps, par reconstruction, agrandissement, etc., et qu'il faut bien à un moment

donné les transférer ailleurs en bâtissant une nouvelle usine, une classification ne se laisse mettre à jour par l'addition de rubriques nouvelles que jusqu'à un certain point, après quoi le schéma doit subir un remaniement complet»⁵².

NOTAS

- ¹ MANIEZ, Jacques – *Les langages documentaires et classificatoires: conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1987, p. 29.
- ² MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 142.
- ³ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 111.
- ⁴ BS 1000M. 1993, Universal Decimal Classification: International Medium Edition: english text. Milton Keynes: BSI Standards.
- ⁵ Já se tomou aqui em conta a integração da classe 4, dedicada à Linguística, pela classe 8, que apenas continha inicialmente a Literatura.
- ⁶ FOSKET, A. C. – *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973, p. 241.
- ⁷ FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 241.
- ⁸ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 114.
- ⁹ CARVALHO, Maria Margarida Melo de – «O problema da subjectividade na indexação», *Cadernos BAD*, Lisboa: BAD. N.º 1 (1995), p. 13.
- ¹⁰ GIROD, Roger – «Attitudes relatives à la valeur du travail», in FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P., dirs. – *Traité de sociologie du travail*. Paris: Collin, 1964, tomo 2, p. 101.
- ¹¹ CARVALHO, Maria Margarida Melo de – *Op. cit.*, p. 14.
- ¹² CARVALHO, Maria Margarida Melo de – *Op. cit.*, p. 14.
- ¹³ CARVALHO, Maria Margarida Melo de – *Op. cit.*, p. 15.
- ¹⁴ CARDONA, Giorgio Raimondo – «Universais/Particulares», in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 345.
- ¹⁵ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 95.
- ¹⁶ DOBROWOLSKY, Zygmunt – *Étude sur la construction des systèmes de classification*. Paris: Gauthier-Villars, 1964, pp. 24-25.
- ¹⁷ FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 145.
- ¹⁸ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 28.
- ¹⁹ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 29.
- ²⁰ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 29.
- ²¹ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 29.
- ²² FOSKET, A.C. – *Op. cit.*, p. 107.
- ²³ MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 119.
- ²⁴ CARDONA, Giorgio Raimondo – *Op. cit.*, p. 348.

- 25 COMTE, Auguste – *Catecismo Positivista*. Lisboa: Edições Europa-América, 1980, p. 72.
- 26 Cit. in HORKHEIMER, M.; Adorno, T. – *Lezione di Sociologia*. Turim: Einaudi, 1972, pp. 15-16.
- 27 PINTO, J. Madureira – «Comunicação». *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. N.º 1 (Junho 1978), p. 93.
- 28 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 45.
- 29 KYLE, Barbara – «La Classification Décimale Universelle: étude de la situation actuelle et des perspectives d'avenir en ce qui concerne très particulièrement les tables afférentes aux lettres, aux arts et aux sciences sociales», in KYLE, Barbara; VICKERY, B. C. – *La Classification Décimale Universelle: tendances actuelles*. Paris, UNESCO, 1961, p. 12.
- 30 KYLE, Barbara – *Op. cit.*, p. 8.
- 31 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 107.
- 32 CASTRO, A. – *A Epistemologia das Ciências sociais do homem e as suas Relações com a Psicologia*. Lisboa, Assírio & Alvim, [s. d.], p. 16.
- 33 CASTRO, A. – *Op. cit.*, p. 25.
- 34 MANIEZ, Jacques – *Op. cit.*, p. 115.
- 35 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 157.
- 36 CARVALHO, Maria Margarida Melo de – *Op. cit.*, p. 10.
- 37 CARVALHO, Maria Margarida Melo de – *Op. cit.*, p. 16.
- 38 VICKERY, B. C. – «La Classification Décimale Universelle et l'indexage de documentation technique», in KILE, Barbara; VICKERY, B. C. – *La Classification Décimale Universelle: tendances actuelles*. Paris: UNESCO, 1961, p. 35.
- 39 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 24.
- 40 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 36.
- 41 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 37.
- 42 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 36.
- 43 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 36.
- 44 KILE, Barbara – *Op. cit.*, p. 5.
- 45 KILE, Barbara – *Op. cit.*, p. 7.
- 46 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 113.
- 47 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 113.
- 49 MELO, João Joanaz de; PIMENTA, Carlos – *O que é a ecologia*. Lisboa: Difusão Cultural, 1993, p. 15. (Sublinhados nossos)
- 49 VICKERY, B. C. – *Op. cit.*, p. 35.
- 50 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, pp. 126-127.
- 51 FOSKET, A. C. – *Op. cit.*, p. 127.
- 52 DOBROWOLSKY, Zygmunt – *Op. cit.*, p. 245.

MANUEL MONTENEGRO
Bibliotecário. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.